

PRIMEIROS PASSOS EM DIREÇÃO À RECUPERAÇÃO

Após um longo inverno, o mercado de trabalho brasileiro começou a despertar.

A maior crise econômica em mais de um século foi arrasadora para o mercado de trabalho do Brasil. A perda de empregos formais foi recorde e generalizada entre os setores. Além disso, nunca antes na história desse país houve um número tão elevado de desempregados, com o contingente de desocupados alcançando os 14,2 milhões.

Após um longo inverno, com três anos muito negativos, o mercado de trabalho brasileiro começa a despertar. Em 2017, segundo os dados do CAGED, houve geração de empregos formais em oito dos dez meses observados, fazendo com que o saldo de vagas no acumulado em 12 meses recuasse significativamente. A taxa de desemprego ainda se encontra em um nível elevado, mas já entrou em trajetória de queda, com a redução dos desempregados e o aumento dos ocupados, ainda que predominantemente no mercado informal. Rendimentos e salários reais de admissão seguem em trajetória de alta, com importante influência do recuo da inflação para esse quadro.

A combinação desses fatores mostra que o fundo do poço para o mercado de trabalho brasileiro já passou. No entanto, a retomada acontece ainda em ritmo lento, e resultados mais robustos devem ser precedidos por uma melhora consistente na atividade econômica.

No Rio Grande do Sul, em linha com o ocorrido no Brasil, houve desaceleração na perda de empregos formais. A taxa de desemprego, mesmo em nível bem acima do período pré-crise, está em trajetória de queda após atingir o pico no primeiro trimestre de 2017. Ademais, a tendência crescente dos rendimentos médios dos trabalhadores e a elevação dos salários de contratação evidenciam um cenário mais benigno.

As projeções para 2018 apontam que o Brasil voltará a gerar empregos após três anos consecutivos de perdas. Situação semelhante deve ser observada no Rio Grande do Sul. Além disso, o desempenho positivo deve ser generalizado e beneficiar todos os setores. Mesmo assim, os resultados serão insuficientes para repor as perdas dos últimos anos.

Brasil: o pior já passou, mas ainda há um longo caminho de recuperação

A crise econômica que assolou o país nos últimos anos impactou de forma severa o mercado de trabalho brasileiro. No mercado formal, os registros administrativos do Ministério do Trabalho nos dão a dimensão da situação crítica do emprego com carteira assinada do país. Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), onde são registradas as movimentações dos vínculos de emprego regidos pela CLT, foram cortados 2,8 milhões de postos de trabalho no biênio 2015-2016 (-1,5 milhão em 2015 e -1,3 milhão em 2016). Os resultados negativos vieram após 15 anos consecutivos de geração de vagas.

No entanto, os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para o mesmo período, uma base que adiciona ao mercado formal os servidores públicos, revelaram uma situação ainda pior: foram extintos 3,5 milhões de vínculos formais de emprego, com a perda em 2016 (-2,0 milhões) sendo ainda mais intensa frente à verificada em 2015 (-1,5 milhão). O resultado do ano passado, o mais negativo de toda a série histórica da RAIS iniciada em 1986, contou com o fechamento de 1,62 milhão de vínculos celetistas (cerca de 300 mil a mais em

relação ao apurado pelo CAGED), além da perda de 282 mil postos de trabalho de servidores públicos e de 96 mil nos demais tipos de vínculos presentes na RAIS, como trabalhadores avulsos, temporários, aprendizes, entre outros.

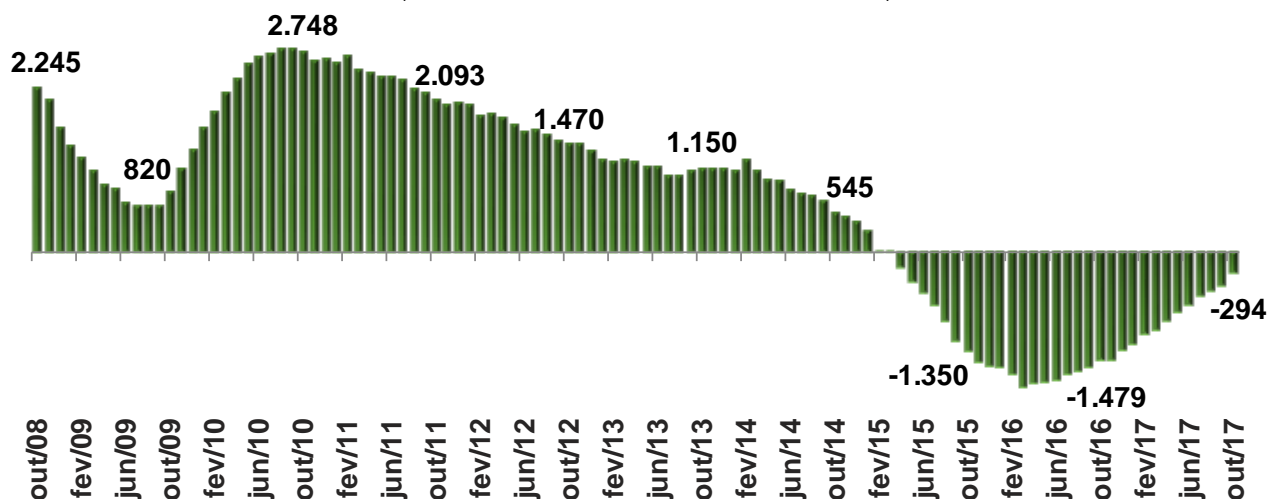
Após dois anos extremamente negativos, o ano de 2017 foi marcado por surpresas positivas no mercado de trabalho formal, embora os resultados representem apenas um suspiro frente aos desastres ocorridos recentemente. Em fevereiro, segundo o CAGED, o país voltou a gerar empregos após 22 meses consecutivos de saldos negativos, ou seja, desde março de 2015. Em oito dos dez meses observados no ano houve criação de novas vagas, o que fez o saldo líquido acumulado de janeiro a outubro ficar positivo em 302,2 mil postos de trabalho. Apenas nos meses de janeiro (-32,0 mil) e abril (-57,9 mil) foram registrados cortes de postos.

A melhora relativa no saldo anual fica mais evidente quando o resultado é comparado ao mesmo período do ano passado, onde o número de desligamentos superou o de contratações em 730,4 mil vagas. Contudo, cabe ressaltar que a geração de empregos ainda foi significativamente abaixo dos anos anteriores à crise: entre 2007 e 2013, em média, foram criados 2,1 milhões de empregos nos dez primeiros meses do ano. Até mesmo em 2014, ano que marcou o início da crise, houve saldo positivo de 983,6 mil vagas.

A sucessão de saldos mensais positivos não foi suficiente para reverter totalmente o corte de vagas no acumulado em 12 meses, que recuou para 294,3 mil vagas perdidas até outubro, conforme ilustrado no Gráfico 4.1. Após atingir o fundo do poço em março de 2016, com perda de 1,8 milhão, o saldo de empregos nessa base de comparação apresenta evolução favorável há 19 meses seguidos, fruto de resultados mensais melhores frente aos respectivos meses do ano anterior.

Gráfico 4.1. Geração de empregos formais – Brasil

(Saldo em mil vínculos – Acum. em 12 meses)



Fonte: MTb/CAGED. Elaboração: FIERGS/UEE.

OBS: (1) Considera as declarações enviadas fora do prazo ao MTb. (2) Em destaque os meses de outubro de cada ano.

Nos primeiros dez meses do ano, todos os grandes setores da economia brasileira apresentaram um desempenho melhor em 2017 na comparação com o ano passado, tanto em termos de geração de empregos quanto na variação no estoque de trabalhadores formais, como pode ser observado na Tabela 4.1.

A Agropecuária apresentou a criação de 102,2 mil empregos no ano corrente, um aumento de 6,89% no seu estoque de trabalhadores. A geração de empregos foi maior se comparada à verificada no mesmo período de 2016, quando chegou a 62,2 mil, aumentando o número de

vínculos formais do setor em 4,12%. Com o impulso da safra recorde de grãos, o setor registrou uma expansão de 11,5% do PIB no primeiro trimestre, sendo o grande responsável pelo crescimento 1% do PIB no período, o primeiro após 8 trimestres consecutivos de queda. No acumulado em 12 meses até outubro, o setor primário registra a criação de 26,4 mil postos.

Tabela 4.1. Estoque e geração de empregos formais por setores de atividade – Brasil

(Número de vínculos)

	2016			2017		
	Estoque dez/15*	Geração empregos (jan-out)**	Var. % no estoque	Estoque dez/16*	Geração empregos (jan-out)**	Var. % no estoque
Agropecuária	1.509.050	62.163	4,12	1.483.211	102.196	6,89
Indústria	10.491.512	-391.687	-3,73	9.589.806	76.946	0,80
Extrativa	240.488	-12.815	-5,33	221.331	-1.840	-0,83
Transformação	7.185.512	-130.899	-1,82	6.783.987	117.936	1,74
Alimentos	1.529.478	10.859	0,71	1.479.226	42.391	2,87
Bebidas	129.833	-6.343	-4,89	123.524	-4.007	-3,24
Tabaco	13.863	-126	-0,91	13.919	476	3,42
Têxteis	260.478	4	0,00	251.826	10.863	4,31
Vestuário e Acessórios	614.614	-2.369	-0,39	579.321	18.126	3,13
Couro e Calçados	341.489	23.608	6,91	341.326	12.807	3,75
Produtos de Madeira	176.219	-2.942	-1,67	165.289	2.604	1,58
Celulose e Papel	177.323	-841	-0,47	171.536	3.299	1,92
Impressão e Reprodução	113.243	-4.109	-3,63	105.882	-2.291	-2,16
Refino de Petróleo	151.262	5.297	3,50	143.158	11.756	8,21
Químicos	269.618	1.747	0,65	268.542	3.218	1,20
Farmacêuticos	103.187	1.401	1,36	102.342	1.231	1,20
Borracha e Plástico	412.431	-6.445	-1,56	395.245	11.351	2,87
Minerais não Metálicos	427.447	-24.686	-5,78	386.928	-9.558	-2,47
Metalurgia	213.790	-8.773	-4,10	199.063	3.875	1,95
Produtos de Metal	450.799	-25.066	-5,56	409.017	-1.606	-0,39
Equipamentos de Informática e Eletron.	136.234	-4.453	-3,27	124.703	914	0,73
Material Elétrico	198.288	-8.852	-4,46	184.217	981	0,53
Máquinas e Equipamentos	361.416	-22.593	-6,25	326.342	-3.762	-1,15
Veículos Automotores	426.107	-24.605	-5,77	386.595	11.994	3,10
Outros Equipos de Transporte	98.269	-11.478	-11,68	81.330	-3.383	-4,16
Móveis	256.067	-13.097	-5,11	234.843	2.627	1,12
Produtos Diversos	147.592	-33	-0,02	143.847	2.280	1,59
Manut e Rep de Maq e Equipos	176.465	-7.004	-3,97	165.966	1.750	1,05
Serv. Ind. de Utilidade Pública (SIUP)	480.344	-7.101	-1,48	462.153	-1.200	-0,26
Construção	2.585.168	-240.872	-9,32	2.122.335	-37.950	-1,79
Construção de Edifícios	1.117.557	-116.731	-10,45	900.578	-34.857	-3,87
Obras de Infraestrutura	730.394	-81.347	-11,14	589.948	25	0,00
Serviços para Construção	737.217	-42.794	-5,80	631.809	-3.118	-0,49
Serviços	36.060.245	-400.893	-1,11	34.987.181	123.048	0,35
Comércio	9.452.998	-238.087	-2,52	9.189.838	-34.437	-0,37
Demais serviços	26.607.247	-162.806	-0,61	25.797.343	157.485	0,61
Total da economia	48.060.807	-730.417	-1,52	46.060.198	302.190	0,66

Fonte: MTb/CAGED. Elaboração: FIERGS/UEE.

* Estoque de vínculos em 31/12 de acordo com a RAIS. ** Considera as declarações enviadas fora do prazo ao MTb.

Já o setor de Serviços acumula a geração de 123,0 mil vagas no ano, sendo que no mesmo período do ano passado foram 400,9 mil cortes. Esse resultado representa uma variação de 0,35% no contingente de empregados, uma considerável melhora em relação a 2016 (-1,11%). Entre seus subsetores, o destaque negativo fica por conta do fechamento de 34,4 mil vagas no Comércio, enquanto os Demais serviços apresentam criação de 157,5 mil empregos. No entanto, quando analisados os últimos 12 meses, a situação se inverte: saldo positivo de 4,3 mil vagas no

Comércio e perda de 68,1 mil postos nos Demais serviços, o que torna o desempenho do setor terciário como um todo positivo em 63,8 mil vagas.

Por fim, mesmo que ainda longe de recuperar os empregos perdidos nos últimos anos, a Indústria apresentou uma significativa melhora, passando de uma destruição de 391,7 mil empregos entre janeiro e outubro de 2016 para uma criação de 76,9 mil no mesmo período desse ano, desfechos que levaram a variações no estoque de vínculos de -3,73% e 0,80%, respectivamente. Contudo, no acumulado em 12 meses o saldo ainda é bastante negativo: 256,9 mil vínculos perdidos, com todos os subsetores perdendo empregos: Transformação (-60,3 mil), Construção (-182,9 mil), Extrativa (-7,0 mil) e os Serviços Industriais de Utilidade Pública – SIUP (-6,7 mil). Vale lembrar que os resultados ainda são negativos nessa base mais longa, pois a geração de empregos é recente e ainda insuficiente para compensar as perdas anteriores.

A geração de empregos do setor secundário no acumulado do ano se deu exclusivamente pelo desempenho da Transformação, que apresentou saldo positivo de 117,9 mil vagas, aumentando seu estoque em 1,74%. Entre os 24 segmentos que a compõem, 18 abriram vagas nos dez primeiros meses de 2017, frente a apenas 6 em igual período do ano anterior. Os destaques positivos ficaram por conta de Alimentos (+42,4 mil), Vestuário e acessórios (+18,1 mil), Couro e calçados (+12,8 mil) e Veículos automotores (+12,0 mil). Em contrapartida, os segmentos que fecharam mais postos de trabalho foram os de Minerais não metálicos (-9,6 mil), Bebidas (-4,0 mil), Máquinas e equipamentos (-3,8 mil) e Outros equipamentos de transporte (-3,4 mil).

A Construção, por sua vez, segue com um desempenho bastante negativo e fechou 38,0 mil vagas no acumulado do ano (-1,79% no estoque), principalmente pelo corte expressivo de vagas na Construção de edifícios (-34,9 mil). Mesmo assim, o desfecho é menos negativo relativamente as 240,9 mil vagas extintas no mesmo período do ano passado, resultando em decréscimo de 9,32% no estoque de vínculos.

✓ **Desemprego**

Além da volta do emprego no mercado de trabalho formal¹, o ano de 2017 também ficou marcado pelo encerramento do ciclo de elevação do desemprego iniciado em 2015, conforme mostra o Gráfico 4.2. No primeiro trimestre do ano, a taxa de desemprego no Brasil, que mede a parcela de pessoas que não estavam ocupadas e procuravam emprego em relação à força de trabalho, alcançou os 13,7%, com o número de desempregados atingindo os 14,2 milhões. Nesse período, tanto a taxa quanto o contingente de desempregados chegaram aos seus maiores valores de toda a série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), do IBGE, iniciada em 2012.

Após atingir o pico, a taxa de desocupação apresentou queda nos sete trimestres móveis seguintes, recuando para 12,2% nos três meses encerrados em outubro, o último dado disponível até a redação desse texto. Apesar da trajetória de queda nos últimos meses, a taxa de desemprego ainda se encontra acima da observada no mesmo trimestre de 2016, quando estava em 11,8%, e ainda mais distante dos 6,6% de 2014, mostrando que os resultados são favoráveis, mas a recuperação ainda é lenta.

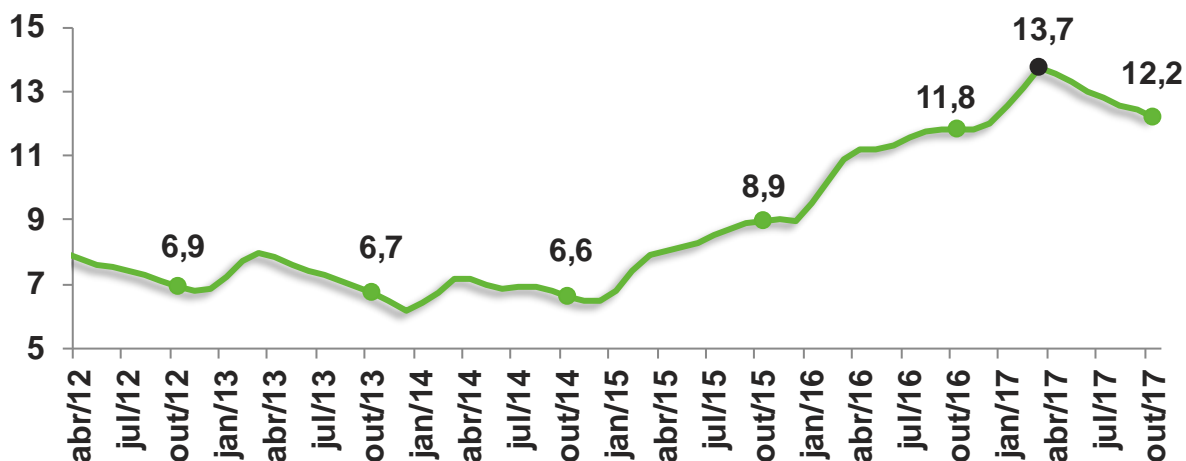
Os dois componentes da força de trabalho contribuíram em sentido favorável à melhora na taxa de desemprego desde o pico no primeiro trimestre. Por um lado, houve redução no número de desempregados, que passou de 14,2 milhões no trimestre encerrado em março para 12,7 milhões no trimestre encerrado em outubro, um recuo de 1,4 milhão de pessoas. Por outro lado,

¹ Vale ressaltar que a geração de empregos não necessariamente significa redução do desemprego, pois esse depende também da busca de emprego por parte dos desempregados.

no mesmo período, o número de ocupados aumentou em 2,6 milhões, passando de 88,9 milhões para 91,5 milhões.

Gráfico 4.2. Taxa de desemprego – Brasil

(Em % da força de trabalho)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

OBS: (1) No eixo horizontal estão reportados os meses de encerramento do trimestre móvel. (2) Os pontos verdes em destaque referem-se aos trimestres encerrados em outubro, enquanto o ponto preto ao pico da série atingido no trimestre jan-fev-mar/17.

A combinação de recuo na desocupação e aumento da ocupação é sempre um fator positivo. São mais pessoas participando do mercado de trabalho, gerando mais renda e, conseqüentemente, mais demanda. No entanto, quando se olha para a qualidade das ocupações que estão sendo criadas, os dados mostram que o aumento ocorre principalmente em atividades com predominância do trabalho informal. De fato, entre as 2,6 milhões de pessoas a mais na população ocupada, 843 mil são trabalhadores por conta própria, 798 mil são empregados do setor privado sem carteira e 203 mil são trabalhadores domésticos. Em direção contrária, houve perda de 103 mil empregados no setor privado com carteira assinada.

Além de não oferecerem nenhuma garantia ou benefício trabalhista ao empregado e de não contribuírem com a arrecadação do governo e com a previdência, as ocupações informais geralmente oferecem salários mais baixos que o mercado formal. A elevada informalidade é uma das principais mazelas da nossa economia, sendo consequência de um mercado de trabalho muito rígido e ambiente de negócios desfavorável ao pequeno empresário, jogando-o para a informalidade. A reforma trabalhista, que entrou em vigor em novembro, pode contribuir com a melhora estrutural desse quadro. A alteração na legislação trará mais segurança jurídica e introduzirá novas formas de contratação, como o trabalho intermitente e o teletrabalho.

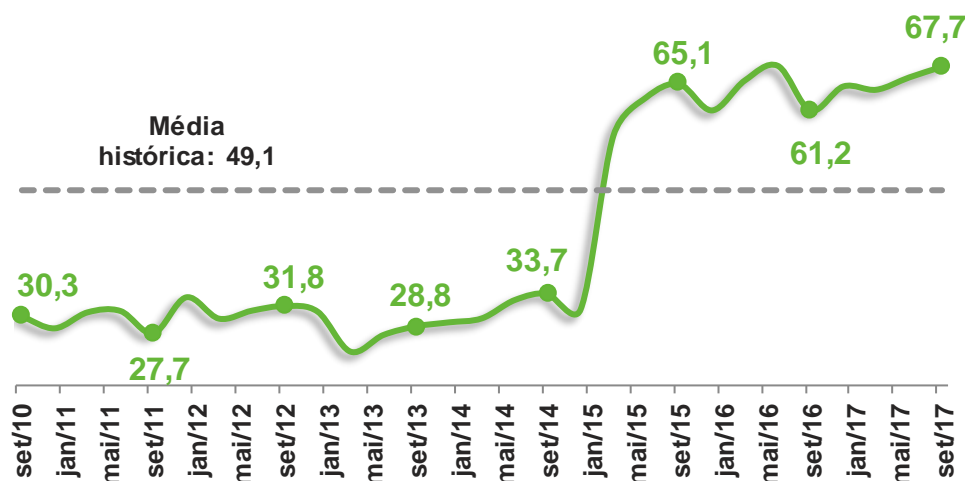
✓ **Medo do desemprego**

Apesar dos sinais de recuperação do emprego, a percepção da população ainda é de um mercado de trabalho que segue em deterioração. A melhora relativa dos indicadores não foi suficiente para deixar os trabalhadores mais seguros e otimistas quanto ao seu próprio futuro no mercado de trabalho. Esse sentimento pode ser observado pela permanência em níveis muito elevados do Índice de Medo do Desemprego (IMD), calculado trimestralmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O IMD é um índice de difusão que varia de 0 a 100, de forma que valores acima de 50 pontos indicam que os indivíduos estão com medo de perder o emprego. Quanto maior o índice, mais difusa é essa preocupação entre as pessoas.

Após manter-se em patamar muito baixo entre 2010 e 2014, com média de 30 pontos, ou seja, muito próximo ao seu piso histórico verificado em março de 2013 (25 pontos), o indicador se encontra acima dos 50 pontos desde março de 2015, como pode ser visto no Gráfico 4.3. Além disso, em setembro de 2017, o último dado divulgado, o IMD atingiu o segundo maior valor da série histórica iniciada em 1996: 67,7 pontos. Os únicos valores maiores que o atual são os 67,9 pontos verificados em maio de 1999 e junho de 2016. Vale destacar que a média histórica do índice é de 49,1 pontos.

Gráfico 4.3. Índice de Medo do Desemprego – Brasil

(Índice de difusão – Em pontos)



Fonte: CNI. Elaboração: FIERGS/UEE.

OBS: O índice varia de 0 a 100. Valores acima dos 50 pontos indicam alto medo do desemprego.

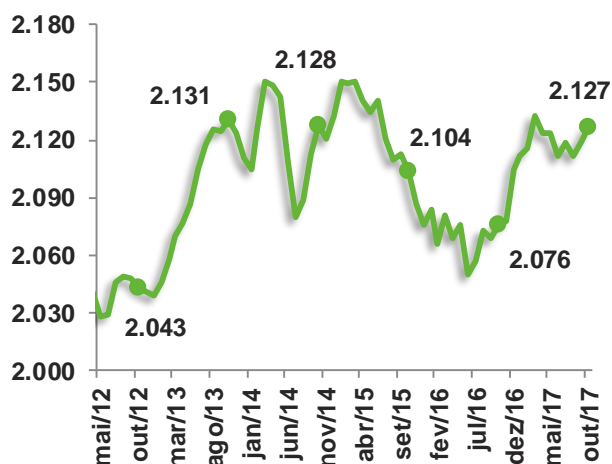
✓ Renda e salários

Não somente os indicadores de emprego e desemprego melhoram ao longo dos últimos meses, mas também a renda real segue em uma trajetória positiva. De acordo com os dados da PNAD Contínua, o rendimento médio habitualmente recebido, considerando todos os trabalhos do indivíduo, foi estimado em R\$ 2.127 no trimestre encerrado em outubro de 2017. Segundo o IBGE, na comparação com o mesmo período do ano anterior (R\$ 2.076), apesar do aumento de R\$ 51 ou 2,5%, descontado o efeito da inflação, não houve variação significativa, o que torna os resultados estatisticamente iguais. De qualquer forma, conforme apresentado no Gráfico 4.4, é clara a tendência de aumento dos rendimentos iniciada ainda em junho de 2016, trajetória bastante influenciada pelo recuo expressivo dos índices de preços, revelando mais uma vez a importância do controle da inflação para a renda dos trabalhadores.

A melhora no poder de compra dos trabalhadores também pode ser verificada na evolução dos salários de quem está entrando no mercado de trabalho ou até mesmo trocando de emprego. Segundo os dados do CAGED, o salário médio real de admissão, quando comparado com o mesmo mês do ano anterior, apresenta aumento desde novembro de 2016, conforme ilustra o Gráfico 4.5. Nos vinte e seis meses anteriores a esse período, somente em três houve variação positiva nessa base de comparação. Em outubro de 2017, o valor médio pago aos contratados foi, em termos reais, 3,5% maior frente a outubro do ano passado, passando de R\$ 1.404,44 para R\$ 1.453,62.

Gráfico 4.4. Renda real habitualmente recebida de todos os trabalhos – Brasil

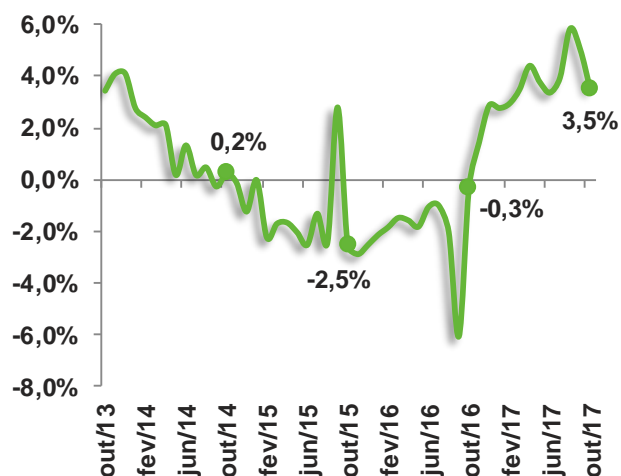
(Em R\$)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.
OBS: A preços de agosto de 2017. Deflacionados pelo INPC.

Gráfico 4.5. Salário médio real de admissão – Brasil

(Var. % frente ao mesmo mês do ano anterior)



Fonte: MTb/CAGED. Elaboração: FIERGS/UEE.
OBS: A preços de outubro de 2017. Deflacionados pelo INPC.

Em resumo, a destruição de postos formais de trabalho, quando analisada no acumulado em 12 meses, segue desacelerando e a geração de vagas esteve presente na maioria dos meses desse ano. A taxa de desemprego ainda se encontra em um nível elevado, mas já entrou em trajetória de queda, com redução dos desempregados e aumento dos ocupados, ainda que com predominância de criação de vagas no mercado informal. Rendimentos e salários reais seguem em trajetória de alta, com importante influência do recuo da inflação para esse quadro.

A combinação desses fatores mostra que não há dúvidas de que o fundo do poço para o mercado de trabalho brasileiro já passou. No entanto, a retomada acontece ainda em um ritmo lento, e resultados mais robustos devem ser precedidos por uma melhora consistente na atividade econômica. O pior já passou, mas ainda há um longo caminho de recuperação.

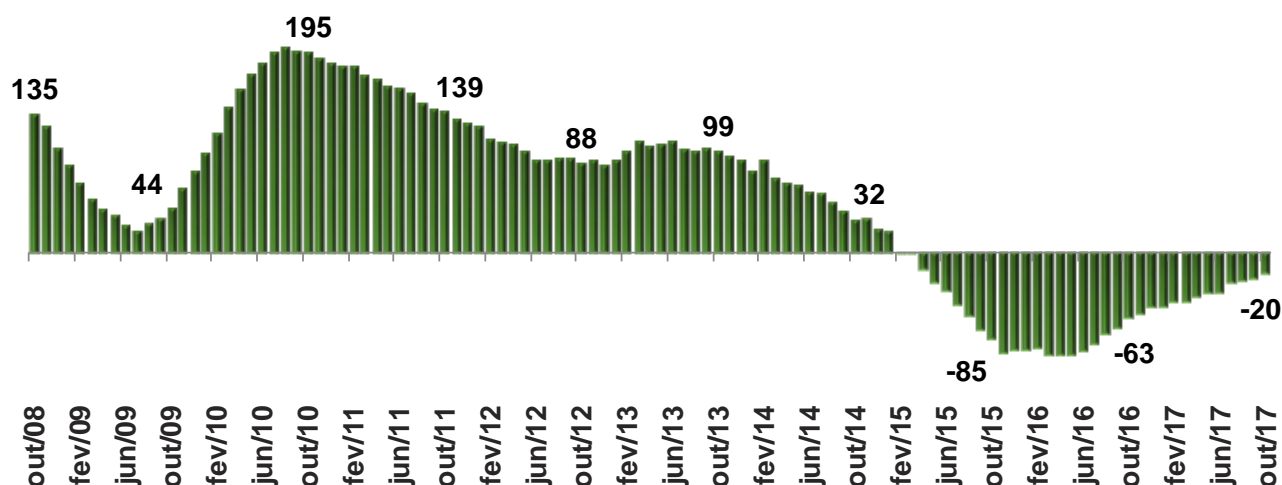
Rio Grande do Sul: melhora relativa em linha com a economia nacional

Em linhas gerais, a situação do mercado de trabalho gaúcho segue na mesma direção da observada no Brasil. No entanto, quando se olha para os dados do mercado formal presentes no CAGED, verifica-se que o estado demorou mais tempo para esboçar uma reação frente ao cenário crítico imposto pela crise econômica. Em novembro de 2015, o saldo líquido de geração de empregos no acumulado em 12 meses chegou ao fundo do poço com a destruição de 99 mil postos de trabalho, permanecendo em torno deste patamar por oito meses, ou seja, até junho de 2016, conforme apresentado no Gráfico 4.6. Nos meses seguintes, com resultados melhores em comparação com os respectivos meses do ano anterior, houve desaceleração na extinção de vagas. Ao longo de 2017, todos os meses registraram desempenhos melhores relativamente a seus pares do ano anterior, fazendo o saldo líquido no acumulado em 12 meses até outubro recuar para 20 mil empregos perdidos.

O comportamento positivo frente a 2016 também pode ser visto pelo acumulado do ano até outubro, onde foram abertas 7,5 mil vagas de emprego no Estado, causando um acréscimo de 0,26% no estoque de trabalhadores contabilizado ao final de 2016. No mesmo período do ano passado, o corte estava em 26,0 mil, com subtração de 0,86% no estoque de vínculos do encerramento de 2015.

Gráfico 4.6. Geração de empregos formais – Rio Grande do Sul

(Saldo em mil vínculos – Acum. em 12 meses)



Fonte: MTb/CAGED. Elaboração: FIERGS/UEE.

OBS: (1) Considera as declarações enviadas fora do prazo ao MTb. (2) Em destaque os meses de outubro de cada ano.

Entre os grandes setores de atividade, no acumulado de janeiro a outubro, a Agropecuária foi o único a apresentar desempenho inferior ao verificado no ano passado. O setor primário perdeu 831 vagas ao longo de 2017, sendo que em 2016, em igual período, foram 1.242 postos gerados. O corte de vagas provocou uma queda de 0,96% no estoque de vínculos, frente ao aumento de 1,45% no ano anterior. No acumulado em 12 meses, também há perda de 630 vínculos. Esse resultado destoava do apresentado no Brasil, onde o setor foi um dos grandes responsáveis pelo bom desempenho na geração de empregos no ano.

O setor de Serviços, por sua vez, apresentou saldo positivo de 2,7 mil empregos, melhorando o resultado de 20,3 mil empregos perdidos no mesmo período de 2016. O incremento relativo no estoque de vínculos do setor terciário foi de 0,13% em 2017, avanço frente ao ano anterior (-0,65%). Nos 12 meses até outubro, ainda há perda de 1,2 mil postos de trabalho.

Uma melhora significativa também foi observada na Indústria, onde o saldo líquido passou de uma perda de 13,5 mil em 2016 para a criação de 5,7 mil postos em 2017, sempre se olhando para o período de janeiro a outubro. A variação relativa no estoque saiu de -1,64% para +0,73%. Contudo, no acumulado em 12 meses houve destruição de 18,2 mil empregos, revelando que a melhora é recente e ainda não suficiente para reverter totalmente as perdas dos últimos anos.

No ano, o resultado do setor secundário se deve à melhora do desempenho na Transformação, responsável por mais de 80% dos vínculos de emprego da Indústria. Nos primeiros dez meses de 2016, as demissões superaram as contratações em 6,9 mil vagas, número que foi revertido para a abertura de 7,9 mil em 2017. Entre os 24 segmentos da Transformação, 16 fecharam vagas em 2016, número que caiu pela metade no mesmo período de 2017. Os destaques negativos ficaram por conta de Outros equipamentos de transporte (-1,3 mil), Bebidas (-537) e Minerais não metálicos (-419). Já os destaques positivos, com geração de postos acima de mil, são dos segmentos beneficiados pelo bom desempenho das exportações e da demanda doméstica: Couro e calçados (+1,6 mil), Borracha e plástico (+1,6 mil), Produtos de metal (+1,2 mil), Veículos automotores (+1,1 mil) e Alimentos (+1,1 mil).

A Construção também seguiu fechando vagas no Estado em 2017 (-615 postos), mas em volume 10 vezes menor em relação ao ano passado (-6,1 mil). Entre seus subsetores, verifica-se melhora considerável em todos os segmentos, de modo que somente a Construção de edifícios não conseguiu reverter o quadro de perdas no acumulado do ano (-2,3 mil).

Tabela 4.2. Estoque e geração de empregos formais por setores de atividade – Rio Grande do Sul

(Número de vínculos)

	2016			2017		
	Estoque dez/15*	Geração empregos (jan-out)**	Var. % no estoque	Estoque dez/16*	Geração empregos (jan-out)**	Var. % no estoque
Agropecuária	85.736	1.242	1,45	86.450	-831	-0,96
Indústria	825.798	-13.530	-1,64	778.485	5.674	0,73
Extrativa	6.767	-325	-4,80	6.063	-306	-5,05
Transformação	653.835	-6.901	-1,06	623.279	7.904	1,27
Alimentos	125.255	420	0,34	123.410	1.073	0,87
Bebidas	10.559	-214	-2,03	10.156	-537	-5,29
Tabaco	5.670	130	2,29	5.319	739	13,89
Têxteis	9.002	330	3,67	9.067	226	2,49
Vestuário e Acessórios	21.766	510	2,34	21.657	536	2,47
Couro e Calçados	109.457	5.078	4,64	109.427	1.615	1,48
Produtos de Madeira	16.185	-78	-0,48	15.559	-30	-0,19
Celulose e Papel	10.564	158	1,50	10.689	169	1,58
Impressão e Reprodução	7.521	-162	-2,15	7.120	-1	-0,01
Refino de Petróleo	2.444	-103	-4,21	1.722	-34	-1,97
Químicos	16.918	451	2,67	16.125	479	2,97
Farmacêuticos	2.246	-138	-6,14	1.944	-18	-0,93
Borracha e Plástico	35.159	506	1,44	36.449	1.595	4,38
Minerais não Metálicos	19.734	-582	-2,95	18.709	-419	-2,24
Metalurgia	9.913	-511	-5,15	8.747	99	1,13
Produtos de Metal	57.269	-1.444	-2,52	53.676	1.206	2,25
Equipamentos de Informática e Eletron.	10.972	-761	-6,94	9.535	212	2,22
Material Elétrico	11.872	-943	-7,94	10.049	-27	-0,27
Máquinas e Equipamentos	57.522	-3.040	-5,28	51.651	455	0,88
Veículos Automotores	40.871	-3.336	-8,16	35.475	1.074	3,03
Outros Equipos de Transporte	10.097	-1.287	-12,75	7.977	-1.250	-15,67
Móveis	38.438	-1.574	-4,09	35.414	169	0,48
Produtos Diversos	13.641	-3	-0,02	13.200	218	1,65
Manut e Rep de Maq e Equipos	10.760	-308	-2,86	10.202	355	3,48
Serv. Ind. de Utilidade Pública (SIUP)	31.325	-188	-0,60	29.920	-1.309	-4,38
Construção	133.871	-6.116	-4,57	119.223	-615	-0,52
Construção de Edifícios	65.784	-6.153	-9,35	54.365	-2.296	-4,22
Obras de Infraestrutura	27.500	-413	-1,50	27.771	909	3,27
Serviços para Construção	40.587	450	1,11	37.087	772	2,08
Serviços	2.094.015	-13.708	-0,65	2.045.948	2.653	0,13
Comércio	620.563	-8.478	-1,37	611.837	-70	-0,01
Demais serviços	1.473.452	-5.230	-0,35	1.434.111	2.723	0,19
Total da economia	3.005.549	-25.996	-0,86	2.910.883	7.496	0,26

Fonte: MTb/CAGED. Elaboração: FIERGS/UEE.

* Estoque de vínculos em 31/12 de acordo com a RAIS. ** Considera as declarações fora do prazo.

Por fim, a Indústria Extrativa e os Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) apresentaram desempenhos ruins frente aos resultados apresentados em 2016. No primeiro, apesar da perda de vagas menos negativa (-306 frente a -325), a variação no estoque foi maior (-5,05% ante -4,80%). Já no segundo, que envolve atividades de geração e transmissão de energia elétrica, tratamento de água e saneamento básico, o saldo piorou bastante, passando de -188 para -1.309 de 2016 para 2017, com respectivas reduções de 0,60% e -4,38%.

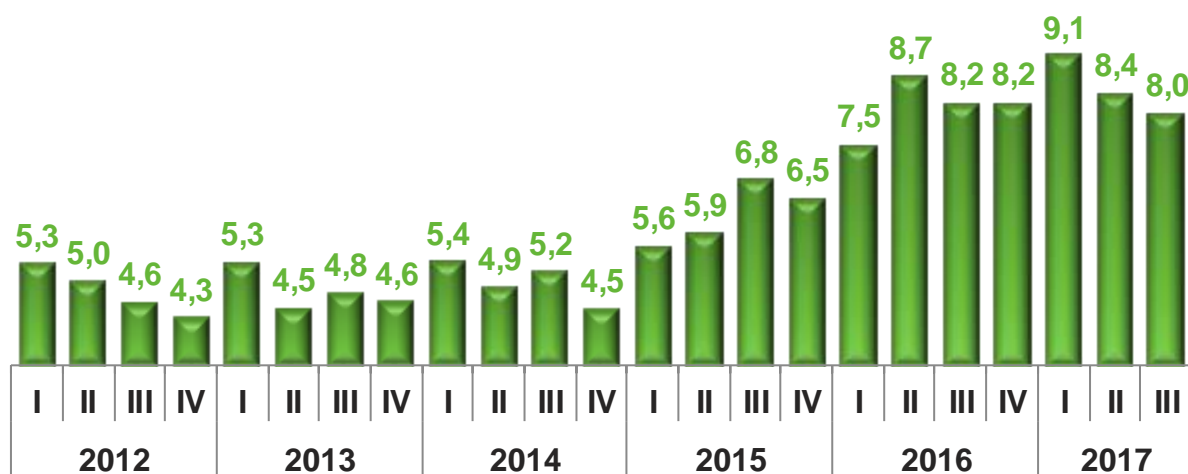
✓ Desemprego

Assim como ocorrido no Brasil, a taxa de desemprego no Rio Grande do Sul atingiu o pico da série histórica da PNAD Contínua no primeiro trimestre de 2017, alcançando 9,1% da força de trabalho. Com a melhora relativa da economia ao longo de 2017, a taxa recuou para 8,0% no terceiro trimestre, o menor patamar desde o primeiro trimestre de 2016 (7,5%) e bem abaixo do verificado para o Brasil no mesmo período (12,4%). Destaca-se que o nível da taxa de desemprego no RS é tradicionalmente menor do que no Brasil por conta de diversas características da nossa economia e população. Além disso, frente ao período anterior à crise, a taxa atual ainda se encontra em nível elevado: entre 2012 e 2014, o desemprego médio do RS foi de 4,9%.

Ainda segundo a PNAD Contínua, o contingente de desempregados no mercado de trabalho gaúcho foi de 491 mil pessoas no terceiro trimestre de 2017, praticamente o mesmo número verificado um antes (500 mil). Quanto aos empregados, houve elevação de 47 mil pessoas na população ocupada em um ano, passando de 5,56 milhões para 5,61 milhões, com predominância de criação de vagas em atividades informais (+107 mil ocupados a mais por conta própria; +27 mil no setor privado sem carteira). Enquanto isso, o setor privado com carteira apresentou perda de 84 mil pessoas. Conforme já mencionado, a mesma situação ocorre no restante do país.

Gráfico 4.7. Taxa de desemprego – Rio Grande do Sul

(Em % da força de trabalho)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UJEE.

✓ Renda e salários

No RS, os dados relativos à renda apresentaram um cenário de leve melhora em 2017 frente ao ano passado, situação que se assemelha à verificada para o Brasil. No entanto, quando analisamos a dinâmica da série, percebe-se uma tendência ascendente desde o vale atingido no terceiro trimestre de 2015. No terceiro trimestre do ano corrente, segundo a PNAD Contínua, o rendimento médio real habitualmente recebido pelos ocupados no Estado, considerando todos os trabalhos, foi de R\$ 2.342, pouco acima dos R\$ 2.325 no mesmo período do ano passado, mas 10,1% maior que o verificado para o Brasil (R\$ 2.127). Mesmo com esses resultados positivos, o rendimento médio real dos trabalhadores do Rio Grande do Sul ainda não voltou ao pico atingido no terceiro trimestre de 2013 (R\$ 2.423).

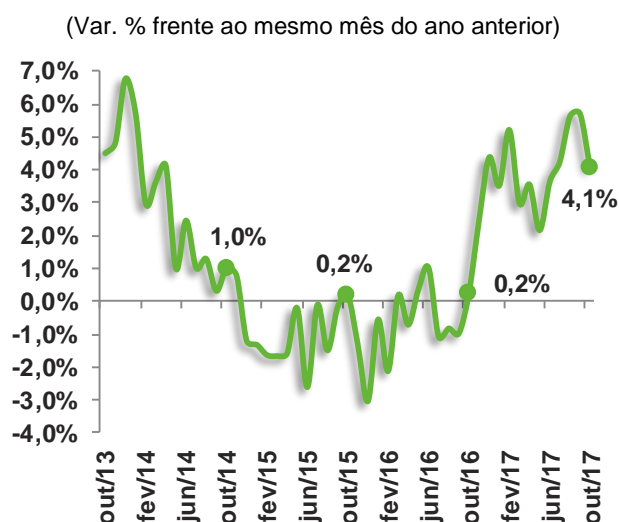
Quanto ao salário dos trabalhadores admitidos, os dados do CAGED também sinalizam um cenário favorável. Em todos os meses de 2017, o salário médio de ingresso foi superior ao respectivo mês do ano anterior, já descontados os efeitos da inflação. Em outubro, um contratado recebeu, em média, R\$ 1.403 de salário inicial, valor 4,1% maior que os R\$ 1.348 ganhos um ano antes.

Gráfico 4.8. Renda real habitualmente recebida de todos os trabalhos – Rio Grande do Sul*
(Em R\$)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.
OBS: A preços de agosto de 2017. Deflacionados pelo INPC.

Gráfico 4.9. Salário médio real de admissão – Rio Grande do Sul*



Fonte: MTb/CAGED. Elaboração: FIERGS/UEE.
OBS: A preços de outubro de 2017. Deflacionados pelo INPC.

Perspectivas 2018

Após um longo inverno, com três anos muito negativos, o mercado de trabalho brasileiro começa a despertar. Os piores momentos, ao que tudo indica, ficaram para trás. No entanto, o caminho de recuperação das perdas causadas pela maior recessão em mais de um século é longo. A geração líquida de empregos formais deve finalmente apresentar um resultado positivo no próximo ano.

Porém, para o encerramento de 2017, apesar do acumulado do ano até outubro passar dos 302 mil empregos criados, as estimativas apontam para o corte de 144,9 mil postos de trabalho no Brasil. Tipicamente, o resultado de dezembro é muito negativo em função das dispensas dos trabalhadores contratados para atender à demanda sazonal das festas de final de ano. Os saldos mensais dos dois últimos meses do ano devem ser melhores frente ao observados em 2016, mas ainda insuficientes para reverter totalmente o quadro de destruição de vagas. Mesmo assim, o resultado é muito superior ao apresentado no ano passado, quando 1.327,2 mil vagas foram destruídas. Novamente, o setor mais afetado continua sendo a Indústria, que completará quatro anos consecutivos de perda de postos de trabalho. Em 2017, a destruição de vagas deve chegar a 184,3 mil, com perda em todos os seus subsetores, mas principalmente na Construção (-149,8 mil).

No Estado, o cenário para o desfecho de 2017 segue em linha com o projetado para o país: resultado ainda negativo, mas melhor que no ano anterior. Estima-se que 12,2 mil vagas sejam fechadas no acumulado do ano, frente a um saldo de -53,5 mil em 2015. Assim como no

âmbito nacional, o setor industrial é o que demonstra maior fragilidade, com 13,5 mil postos de trabalho destruídos em 2017. No entanto, é na Transformação que serão perdidos mais empregos (-8,0 mil). Ademais, a Agropecuária foi o único setor com pior desempenho em 2017 frente a 2016.

Para 2018, em todos os cenários e setores nossas projeções apontam para a geração de empregos. Com o intuito de sinalizar a intensidade na abertura de vagas, as projeções serão feitas em três cenários. No **cenário base**, onde se espera a continuidade do processo de recuperação cíclica da economia, levando à aceleração da taxa de crescimento do PIB, há uma expectativa de criação de 572,0 mil postos de trabalho no país. A reforma trabalhista que entrou em vigor no final de 2017 é um dos fatores que deve contribuir com a abertura de vagas e aumento da formalização. No entanto, somente melhoras consistentes na atividade econômica e, principalmente, nos investimentos, tornarão o ciclo atual em uma etapa de expansão duradoura do emprego. Entre os setores, os Serviços devem abrir o maior número de postos, com saldo de 349,2 mil vagas. Já na Indústria, a criação de empregos deve chegar aos 216,2 mil, com um desfecho bastante positivo na Transformação (+148,9 mil). Por fim, a Agropecuária deve gerar 6,5 mil novos vínculos, desempenho inferior ao verificado em 2017 em função da perspectiva de menor crescimento da safra de grãos.

Ainda no **cenário base** para 2018, para o Rio Grande do Sul, as projeções apontam para uma geração de 55,5 mil vagas. O Estado deve acompanhar a melhora da economia nacional e se beneficiar com o aquecimento do mercado interno, que contará também com inflação e juros baixos. Após quatro anos de saldo negativo, a Indústria deve abrir 21,4 mil empregos, com melhor desempenho da Transformação (+17,0 mil) frente à Construção (+3,8 mil). Os Serviços (+33,3 mil) e a Agropecuária (+800) também devem criar postos de trabalho.

No **cenário superior**, ocorrendo uma surpresa positiva no cenário econômico, com o avanço da atividade puxado pelo crescimento acima do esperado do consumo doméstico, a criação de vagas pode chegar a 817,2 mil empregos. Se beneficiando do bom desempenho da economia nacional, a economia gaúcha pode chegar a gerar 79,3 mil postos, sendo a melhora pautada tanto pela retomada da demanda interna quanto pelas condições favoráveis do mercado internacional.

Por fim, no **cenário inferior**, determinado pela maior incerteza e surpresa negativa no crescimento do PIB, a abertura de vagas não deve ser expressiva, chegando a 245,2 mil novos postos de trabalho. Mesmo assim, o país encerrará um ciclo de três anos de perdas no mercado formal. No Estado, por sua vez, com a possibilidade de um crescimento baixo da economia, com especial frustração pelo desempenho do setor primário, a expectativa é de abertura de 23,8 mil vagas.

Tabela 4.3. Geração de postos formais de trabalho – Brasil

(Em mil vínculos)

	2016	2017*	Cenários 2018		
			Inferior	Base	Superior
Agropecuária	-13,7	29,4	2,8	6,5	9,3
Indústria	-725,6	-184,3	92,7	216,2	308,9
Transformação	-309,1	-26,8	63,8	148,9	212,7
Construção Civil	-385,9	-149,8	20,7	48,3	68,9
Outras	-30,5	-7,8	8,2	19,1	27,3
Serviços	-588,0	10,0	149,7	349,2	498,9
Total	-1.327,2	-144,9	245,2	572,0	817,2

Fonte: MTb/CAGED. Projeções: FIERGS/UEE. *Estimativa

Tabela 4.4. Geração de postos formais de trabalho – Rio Grande do Sul
(Em mil vínculos)

	2016	2017*	Cenários 2018		
			Inferior	Base	Superior
Agropecuária	1,4	-0,7	0,3	0,8	1,1
Indústria	-37,3	-13,5	9,2	21,4	30,5
Transformação	-24,8	-8,0	7,3	17,0	24,3
Construção Civil	-11,6	-3,7	1,6	3,8	5,4
Outras	-1,0	-1,9	0,3	0,6	0,9
Serviços	-17,6	1,9	14,3	33,3	47,6
Total	-53,5	-12,2	23,8	55,5	79,3

Fonte: MTb/CAGED. Projeções: FIERGS/UEE. *Estimativa